



## **PROCESSOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA COMUM: REFLEXÕES A PARTIR DO PEI**

Política Públicas

Wanessa Franco Sobral <sup>1</sup>

Patrícia Gräff <sup>2</sup>

Esta pesquisa, ainda em andamento, discute os processos de individualização pedagógica produzidos nas políticas educacionais inclusivas brasileiras, tomando o Plano Educacional Individualizado (PEI) como expressão de uma racionalidade inclusiva. A problemática parte do pressuposto que embora as políticas de inclusão tenham ampliado o direito ao acesso e à permanência dos estudantes com deficiência na escola comum, elas têm produzido, paralelamente, práticas cada vez mais voltadas para as necessidades individuais, transformando a experiência coletiva da escolarização em um acompanhamento hiperindividualizado. Questiona, ainda, de que maneira a pedagogia individualizada vem sendo discursivamente produzida nas políticas educacionais brasileiras e como tais discursos tensionam a lógica do comum para a escola. A pesquisa tem como objetivo investigar como se configuram os processos de individualização pedagógica na escola comum, tendo como foco analítico a produção discursiva da noção de comum, a emergência das racionalidades de individualização nas políticas de educação inclusiva e o papel do PEI enquanto instrumento que gera formas específicas de acompanhamento, classificação e organização dos estudantes. A metodologia adotada, tem caráter qualitativo de natureza documental e bibliográfica, fundamentado na perspectiva pós-crítica e nos estudos foucaultianos, teórico-metodologicamente se ancora no conceito de discurso, de Michel Foucault (1999; 2014), para a análise de documentos legais e normativos, produções acadêmicas e materiais empíricos que tratam sobre educação inclusiva. O referencial teórico estabelece diálogo com Dardot e Laval (2017), Arendt (2007), Hardt e Negri (2016), Paraíso (2012) e Lopes e Veiga-Neto (2023), autores que oferecem contribuições importantes para questionar as relações entre discurso, poder, subjetivação, inclusão e o comum. Pretende evidenciar que as atuais políticas de inclusão, embora impliquem em um aumento de direitos, também configuram racionalidades que fortalecem os processos de individualização, motivando, com isso,

---

<sup>1</sup> wanessa.sobral@gmail.com

<sup>2</sup> patricia.graff@uffs.edu.br



reflexões sobre os efeitos dessas práticas, na constituição da escola comum e na experiência coletiva da escolarização.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais. Educação Inclusiva. Plano Educacional Individualizado (PEI). Individualização.

#### **REFERÊNCIAS:**

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Inclusão e subjetivação na escola contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.